

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.402.003 - SP (2018/0305864-5)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
AGRAVANTE : BANCO FIBRA SA
ADVOGADO : PAULO GUILHERME DE MENDONÇA LOPES E OUTRO(S) -
SP098709
AGRAVADO : NIVALDO KRUGER
ADVOGADOS : WILSON VIEIRA LOUBET E OUTRO(S) - MS004899
CELSO JOSÉ ROSSATO JÚNIOR - MS008599

DECISÃO

Trata-se de agravo contra o juízo de admissibilidade que negou seguimento a recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado:

Execução de título extrajudicial. Bloqueio de valores decorrentes de previdência privada. Nova análise do tema determinada pelo Colendo Superior Tribunal de Justiça. Fundos de previdência destinados ao futuro sustento do beneficiário, em termos de aposentadoria, ou de complemento de aposentadoria. Reconhecimento, no caso concreto dos autos, ante a falta de notícia nos autos da existência de outros bens ou de investimento de vulto do beneficiário, que evidenciem a existência de recursos para a futura subsistência do executado. Precedentes jurisprudenciais. Impenhorabilidade reconhecida à luz do atual artigo 833, inciso IV do CPC. Recurso improvido.

A parte agravante sustenta a penhorabilidade dos valores constantes de conta de previdência privada, no nome do autor.

O exame dos autos revela que, já foi proferida decisão do STJ, com o seguinte teor (fls. 220/222 e-STJ):

Trata-se de agravo manifestado por Banco Fibra S.A. contra decisão que negou seguimento a recurso especial, interposto pelo artigo 105, III, *a* e *c*, da Constituição Federal, no qual se alegou violação dos artigos 649 e 655 do revogado Código de Processo Civil, associada a dissídio jurisprudencial, impugnando acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, com a seguinte ementa:

Execução de título extrajudicial. Bloqueio de valores decorrentes de previdência privada. Descabimento. Impenhorabilidade reconhecida. Art. 649 do Código de Processo Civil. Decisão reformada. Recurso provido.

Afirmou que os valores depositados na conta bancária do recorrido são penhoráveis.

Assim delimitada a controvérsia, decido.

O Tribunal de origem consignou que o executado "possui plano de previdência, cujo saldo atual bruto era de R\$ 113.324,87, em julho de 2014 (fls. 35/36)" (e-STJ, fl. 92) e que, por considerar absolutamente impenhoráveis as quantias relacionadas à previdência complementar, reformou a decisão de primeira instância para determinar o desbloqueio dos valores.

Não é este, todavia, o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, que trilha no sentido de que os valores depositados ao fundo de previdência complementar somente são impenhoráveis se ficar demonstrado que os mesmos servem de sustento do executado.

(...

Caberia, portanto, à Corte de origem examinar se, no caso concreto, os valores depositados no fundo de previdência privada à conta do executado servem, de algum modo, ao seu sustento.

Diante do exposto, casso o acórdão estadual e determino à Corte local que examine a questão nos termos da fundamentação supra.

Em cumprimento à decisão acima referida, a Corte de origem assim manifestou seu entendimento (fls. 236/240 e-STJ):

Em razão da própria natureza do fundo de previdência privada, como decorre, dos precedentes acima citados, tem-se que o seu objetivo primordial, é o de assegurar o futuro sustento do beneficiário, através de sua utilização como complemento de aposentadoria, ou eventualmente, como a própria aposentadoria.

No caso concreto, consoante salientado inicialmente, o recorrente sustentou que os depósitos em previdência privada são destinados a sua futura subsistência (fls. 4).

Ora, o agravado, com lealdade, salientou que fez pesquisa para localizar bens de propriedade do agravante passíveis de constrição, e encontrou nas declarações prestadas à Receita Federal, as aplicações em previdência privada junto à “BrasilPrev Seguros e Previdência S/A.”, sem mencionar a existência de outros bens ou investimentos de titularidade do executado (fls. 78).

Em tais circunstâncias, não havendo a notícia da existência de outros bens de propriedade do recorrente ou investimentos de vulto que possam indicar a garantia de sua futura subsistência, tem-se que a

aplicação em previdência privada, não pode ser considerada como aplicação de natureza financeira, mas sim realmente como benefício previdenciário, destinado ao sustento do agravante, e, portanto, é impenhorável à luz do atual artigo 833, inciso IV do CPC.

Portanto, não trazendo os autos evidencia de que o recorrente seja possuidor de outros bens ou investimentos de vulto que possam garantir sua futura subsistência, deve-se concluir que os depósitos feitos no fundo de previdência servem ao sustento do recorrente, embora, em termos de futuro complemento aposentadoria, ou de aposentadoria do beneficiário.

(...)

Em se tratando de depósito em previdência privada, destinado à obtenção de uma futura aposentadoria (ou ao complemento de uma aposentadoria), a análise da questão, sob o ângulo do futuro sustento do beneficiário, não pode ser afastada, pois, os depósitos em previdência privada são destinados, como dito, por sua própria natureza, ao sustento futuro do beneficiário, não havendo, data máxima vênua e respeitosamente, restrição no V.Acórdão prolatado pelo Egrégio Superior Tribunal de Justiça (fls. 217/225), no sentido de que o exame da penhorabilidade, ou não dos recursos, seja feito sob o prisma do futuro sustento do beneficiário, como foi pleiteado pelo recorrente.

Vê-se que o V.Acórdão do Superior Tribunal de Justiça, ao cassar a decisão anterior deste órgão colegiado, determinou que esta corte examinasse se no caso concreto, os “valores depositados no fundo de previdência privada à conta do executado servem de algum modo, ao seu sustento” (fls. 222).

Ora, como visto acima, a conclusão é de que ante a ausência de evidência nestes autos, no sentido de que o executado possua outros bens ou investimentos de vulto, para garantir sua futura subsistência, os recursos em tela devem ser considerados como de natureza alimentar e previdenciária, e não como simples aplicação financeira. Portanto, sob este prisma, tem-se que de “algum modo” (fls. 222), no caso concreto, em termos de futura subsistência, os recursos em tela, servem ao sustento do beneficiário.

O Tribunal estadual decidiu em desconformidade com a jurisprudência do STJ, firmada no sentido de que a penhorabilidade deve ser aferida conforme prova de que os valores depositados em conta, sob o título de previdência complementar, sejam

dirigidos, de forma concreta e presente - e não futura ou abstrata - à subsistência do executado, ou de sua entidade familiar:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. PENHORA. VALORES EM FUNDO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA. NATUREZA ALIMENTAR. AFERIÇÃO. INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS. REEXAME. SÚMULA N. 7/STJ. NÃO PROVIMENTO.

1. A impenhorabilidade dos valores depositados em fundo de previdência privada complementar deve ser aferida pelo Juiz casuisticamente, de modo que, se as provas dos autos revelarem a necessidade de utilização do saldo para a subsistência do participante e de sua família, caracterizada estará a sua natureza alimentar, na forma do art. 649, IV, do CPC. (REsp 1.121.719/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, SEGUNDA SEÇÃO, DJe 4/4/2014).

(...)

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1.117.206/SP, Relatora Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, DJe 18/4/2018)

Com efeito, o Tribunal de origem não atestou a existência de provas que revelem a utilização do saldo para a subsistência do executado. Ao contrário, o exame da inicial do agravo de instrumento que originou os presentes autos indica que o aporte do numerário ao plano de previdência serviria a evento futuro, quando da aposentadoria do executado (fl. 7 e-STJ):

Enfim, ao contrário do entendido pela decisão recorrida, o saldo aportado em plano de previdência privada não traduz mera aplicação financeira, mas sim benefício previdenciário futuro, de modo que, mesmo que ainda não esteja sendo utilizado pelo Recorrente, é de natureza alimentar e encontram-se no âmbito de proteção da norma do artigo 649, IV, do CPC, sendo absolutamente impenhorável, até mesmo porque o caso não se insere na exceção do § 2º do referido dispositivo.

Outrossim, a decisão do juízo singular da execução afirma que o numerário em discussão não serve de sustento ao devedor e sua família (fl. 63 e-STJ):

"Vistos. A fls. 709/711 o Executado Nivaldo Kruger sustentou a

absoluta impenhorabilidade do saldo de seu plano de previdência privada, o que fez com fundamento o artigo 649, IV, do CPC. A resposta veio a fls. 716/717 em que o Exequente sustentou não haver natureza alimentar no saldo de previdência privada do Executado. Decido. O bloqueio deve ser mantido. Como bem colocado pelo Exequente, o valor depositado (ou aportado) em plano de previdência privada não diz respeito ao sustento do devedor ou de sua família, requisito previsto no próprio artigo de lei de que se socorreu o Executado. Ora, se não há nítido caráter alimentar, é cerito que o valor depositado em previdência privada pode, sim, ser objeto de bloqueio e penhora, visando, ao final das contas, a satisfação do crédito do Exequente. Por isso, deixo de acolher a manifestação do Executado e mantenho o bloqueio, como manifesto a fls. 701/702."

Em face do exposto, conheço do agravo e dou provimento ao recurso especial, para restabelecer a decisão de fl. 63 e-STJ.

Intimem-se.

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI

Relatora